



COMPROMISSO ELEITORAL DOS CANDIDATOS CDU PARA O DISTRITO DE AVEIRO

Eleições Legislativas 2011

1. Ruptura e mudança por uma política patriótica e de esquerda

O País vive uma crise económica, social e financeira de grandes proporções, expressão da crise estrutural e sistémica do modo de produção capitalista. O elevadíssimo endividamento privado e público, assim como a brutal dívida externa, resultantes da destruição do tecido produtivo, consumada nestes 35 anos de política de direita, colocam a urgência de uma resposta imediata que recuse o pacto de submissão e ingerência do FMI, do BCE e da UE e assumam a renegociação da dívida e a defesa da soberania nacional.

A política deste governo e do PS, do PSD e do CDS/PP, impondo um modelo de baixos salários, de diminuição de direitos e submetida aos ditames da UE, com a sua obsessão pelo défice – expressa na diminuição drástica do investimento público, no desaproveitamento dos fundos comunitários e no corte generalizado da despesa do Estado – está, hoje, na base da recessão económica que o país atravessa.

Ao longo de décadas avançou-se com a desindustrialização e a privatização de sectores e empresas-chave para o desenvolvimento do país, incluindo sectores de serviços públicos fundamentais como a saúde, a educação e a segurança social, cuja intervenção depende hoje de critérios puramente economicistas. Cresceu a partidarização do aparelho de Estado assim como a subordinação do poder político ao poder económico, visível na transferência de vultuosos recursos públicos para os grandes grupos económicos e financeiros.

O PCP e o PEV alertaram, lutaram e apresentaram ao longo dos anos propostas alternativas, designadamente de defesa do sector empresarial do Estado. Desde cedo, a CDU alertou contra os riscos de privatização de empresas-chave, incluindo o facto de grande parte delas passarem para o domínio do capital estrangeiro. Hoje, a CDU posiciona-se frontalmente contra a intervenção do FMI e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira que não resolverá nenhum dos problemas do país e irá impor sacrifícios inaceitáveis ao povo português, ao mesmo tempo que prevê mais ajudas colossais à banca. A CDU apresenta-se como a alternativa patriótica e de esquerda em condições de romper com esta subserviência ao grande capital nacional e internacional.

Perante as desigualdades e injustiças, perante as opções de classe de sucessivos governos em benefício dos grupos económicos, perante a arrogância e a prepotência, perante a ilusão de soluções que não põem em causa a política de direita, é cada vez maior a compreensão de que não há saída para a actual crise económica e social sem uma ruptura com a política de direita e o rotativismo do PS, PSD e CDS/PP, e a exigência de uma mudança de rumo da vida nacional. É urgente uma política e um governo patriótico e de esquerda para o nosso país.

- A política patriótica de que o país precisa assenta no objectivo da defesa dos legítimos interesses de Portugal e afirma que a soberania nacional não se negocia nem se vende. A soberania reside no povo e é a ele que pertence a decisão do seu presente e futuro colectivo.
- A política de esquerda que o PCP e o PEV propõem ao país e que os candidatos que integram as listas da CDU se comprometem a defender e aplicar, baseia-se nos princípios e valores da Constituição da República e integra como principais objectivos e desenvolvimento económico e o pleno emprego, a redistribuição da riqueza e a justiça social, o aprofundamento da democracia nas suas múltiplas vertentes (política, económica, social, cultural e ambiental) e a afirmação da independência e soberania nacional.
- O voto na CDU é o único voto de ruptura com as políticas que têm deixado os portugueses mais pobres e com mais dificuldades. O voto útil é o voto na CDU. O voto em quem intervém e luta abnegadamente, com convicção e generosidade, sempre em defesa de quem menos tem e menos pode.
- **É tempo de eleger um deputado da CDU pelo Distrito de Aveiro. No Distrito, como no país, a CDU faz toda a diferença!**

2. Valorização do trabalho e dos trabalhadores, defesa e afirmação dos direitos sociais e laborais

- Promoção da participação e da valorização dos trabalhadores, colocando de lado modelos baseados na exploração do trabalho intensivo e desqualificado, respeitando e afirmando os direitos laborais e sociais.
- Promoção de uma mais justa distribuição da riqueza, através da valorização dos salários, das pensões (revogando o factor de sustentabilidade e o aumento da idade da reforma) e restantes prestações sociais, com garantia do cumprimento do acordo sobre o salário mínimo nacional, aumentando-o para 500 euros em 2011 e 600 euros em 2013, na perspectiva da melhoria das condições de vida e da dinamização do mercado interno. Concretização de uma nova política fiscal.
- Combate firme à precariedade laboral, que afecta profundamente a juventude, à discriminação das mulheres ao nível salarial e de carreira, às violações de direitos dos trabalhadores, ao aumento do tempo de trabalho, à redução salarial e aos salários em atraso. Promoção, no âmbito da Autoridade para as Condições do Trabalho, da fiscalização de eventuais situações de recurso ao *lay-off* e de incumprimento da lei, com prejuízo dos trabalhadores, e controlo rigoroso de situações de subcontratação de mão-de-obra.
- Respeito, nas empresas e locais de trabalho, pela acção dos activistas, delegados e dirigentes sindicais, pela actividade dos representantes dos trabalhadores em Higiene e Segurança no Trabalho e pelas Comissões de Trabalhadores.
- Redução progressiva do horário de trabalho até às 35 horas semanais, sem perda de salário; combate efectivo ao desemprego, promoção da qualificação, formação e valorização profissional, alargamento da duração e dos critérios de atribuição do subsídio de desemprego.

- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, designadamente as que atacam a contratação colectiva e promovem a desregulamentação dos horários de trabalho e revogação da legislação laboral da Administração Pública.
- Combate aos abusos das entidades patronais, como a CACIA-Renault, a Aerosoles e o Grupo Amorim, entre tantos outros, e aos encerramentos fraudulentos de empresas, como se tem verificado no sector corticeiro e no calçado.
- Defesa da maternidade e paternidade enquanto funções sociais, garantindo prestações familiares como verdadeiros direitos e a protecção das famílias e dos superiores interesses da criança, como são os casos do pagamento do subsídio por maternidade e paternidade a 100% do salário, da universalidade e revalorização do abono de família e da instituição de um subsídio por nascimento ou adopção.
- Defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nomeadamente através de medidas específicas nas políticas de educação, urbanismo, emprego e formação, habitação, transporte, saúde e serviços sociais e pela eliminação das barreiras arquitectónicas.
- Combate à pobreza, às desigualdades e à exclusão social, que atinge centenas de milhar de pessoas do distrito, particularmente a população idosa, exigindo melhores salários, pensões e prestações sociais, reclamando serviços públicos de proximidade e de qualidade e uma justa distribuição da riqueza. Criação de um observatório da pobreza e exclusão social no distrito, apoiado numa rede pública de serviços e dotada dos recursos e meios necessários.
- Centralização do processo de atribuição e gestão do Rendimento Social de Inserção na Segurança Social, com a dotação dos meios necessários e reduzindo o tempo de espera para a sua atribuição e com a efectiva aplicação de um plano de inserção social a todos os beneficiários deste apoio.

3. Defesa dos sectores produtivos e da produção nacional

- Afirmação do aparelho produtivo nacional como motor do crescimento económico, através da defesa e desenvolvimento da indústria transformadora (metalurgia e metalomecânica, calçado, têxteis e vestuário, cortiça e cerâmica), da agricultura e pescas, garantindo a soberania alimentar e melhorando as condições de vida do nosso povo. A afirmação de uma economia mista com um forte sector público e o apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo, enfrentando os défices estruturais do país e abrindo caminho à resolução da dívida externa do país.
- Recuperação, pelo Estado, do comando político e democrático do processo de desenvolvimento do país, acabando com o processo de privatizações em curso e promovendo a integração no sector público, por nacionalização e/ou negociação, de empresas e sectores de importância estratégica (banca, seguros, energia e transportes).
- Obrigação de que todos os apoios e incentivos à criação e fixação de empresas, nacionais ou multinacionais, sejam transparentes e acompanhados por compromissos claros (de emprego, investimento, componentes nacionais e permanência no país) e por mecanismos para os fazer cumprir, combatendo assim as deslocalizações a que temos assistido (Rohde, Ecco, Aerosoles e outras).

- Redução do preço da energia, dos combustíveis e das telecomunicações, por forma a apoiar o tecido produtivo no distrito e revogação das portagens, nomeadamente as implementadas recentemente na rede regional de auto-estradas (A29, A25 e A17).
- Exigência da intervenção do Estado, via Caixa Geral de Depósitos, na rápida concessão de créditos acessíveis a preço justo e de seguros de créditos às micro, pequenas e médias empresas do distrito, incluindo as da área da agricultura, bem como noutras situações em que esteja em causa o interesse nacional.
- Apoio às micro, pequenas e médias empresas com prioridades definidas ao nível dos fundos comunitários, com a redução do IVA, a antecipação da sua devolução e a eliminação do Pagamento Especial por Conta, com acordos para pagamento das dívidas às Finanças e Segurança Social, devido ao papel que desempenham na criação de emprego, na produção e nos serviços, em todas as áreas da actividade económica.
- Reconhecimento da importância e do papel do comércio tradicional, vítima da concorrência desleal com as grandes superfícies, pela importância dos serviços prestados e como meio de evitar a monopolização da actividade comercial.
- Combate às práticas monopolistas e de *dumping* pelo controlo criterioso dos fundos do Estado envolvidos nos acordos nos sectores automóvel, corticeiro, têxtil e calçado e com grandes empresas, como é o caso dos avultados fundos atribuídos ao Grupo Amorim, ao Grupo Investvar, à Ecco'let, entre outros.
- Redistribuição justa das ajudas públicas a favor da agricultura familiar, introdução de apoios específicos para a horticultura, pecuária e suinicultura, vinha, floresta e baldios, sectores e actividades de particular peso no distrito. Redução de custos dos factores de produção, como seja o gasóleo verde, melhoria dos preços à produção e garantia de escoamento dos produtos nacionais, visando a correcção da balança agro-alimentar, hoje altamente dependente de outros países.
- Apoio aos produtores de leite que têm sido arrastados para a falência pelas políticas comunitárias e nacionais, pelo garrote dos preços pagos à produção, impostos pelas grandes cadeias de distribuição e comercialização, e pelo fim iminente das quotas leiteiras que põem em causa esta indústria.
- Valorização da pesca, incluindo as artes tradicionais praticadas na nossa região, bem como o sector da aquicultura na Ria e nos rios e dos mariscadores, garantindo rendimentos dignos para os pescadores, com a valorização do preço de primeira venda, com a fixação de um preço máximo para os combustíveis (gasóleo e gasolina) e assegurando apoios, no âmbito do QREN, para a modernização do sector. Defesa do carácter público e do papel social da Docapesca, melhorando os seus serviços.
- Defender e exercer a soberania nacional sobre os recursos marinhos.
- Suspensão e revogação do regime da taxa de recursos hídricos, incluindo a taxação da utilização do domínio público marítimo na Ria de Aveiro.

4. Investimento, administração e serviços públicos ao serviço do país

- Um Estado forte e soberano, em condições de garantir a toda a população um conjunto de serviços de qualidade e que tenha capacidade e independência para imprimir verdadeiras políticas de desenvolvimento sócio-económico.
- Fim do processo de encerramento de serviços públicos na saúde (Anadia, Arouca, Vale de Cambra, Espinho, entre outros), na educação (nomeadamente nas muitas escolas do 1º ciclo encerradas no distrito), e em muitas outras áreas da administração e serviços públicos, exigindo a reabertura dos serviços entretanto encerrados.
- Defesa da água pública, revertendo os processos de privatização em curso, como o da Adra. Aguas da Região de Aveiro e outros já concretizados, e combatendo os preços exorbitantes praticados.
- Promoção de serviços públicos de proximidade e de qualidade, com meios humanos e técnicos capazes de responder às reais necessidades do distrito, nomeadamente nos centros de emprego, serviços da Segurança Social, tribunais, julgados de paz e dispositivo das forças policiais, reforçando os recursos respectivos.
- Promoção e defesa do Serviço Nacional de Saúde, com garantia de gestão democrática e proximidade e qualificação das valências necessárias. Fim das taxas moderadoras e dos preços inacessíveis dos medicamentos.
- A promoção e defesa da escola pública com uma gestão democrática, como única forma de garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, abrangendo todos os níveis de ensino.
- A democratização e promoção do acesso à cultura, o apoio e dinamização das estruturas culturais distritais, nomeadamente dos teatros/salas de espectáculo, da Orquestra Filarmonia das Beiras e do rico movimento associativo cultural e juvenil.
- Protecção e promoção do património monumental, gastronómico, enológico, urbanístico e paisagístico do distrito.
- Dinamização do investimento público, no quadro do Orçamento de Estado (PIDDAC) e do QREN, visando designadamente:
 - ⇒ Melhoria da rede viária (IC2, ligações à rede actual de auto-estradas com prioridade para Castelo de Paiva e Arouca, IC 35 pelo interior do Distrito, e das ligações Aveiro - Águeda e Santa Maria da Feira - S. João da Madeira);
 - ⇒ Apostar na via-férrea como meio fundamental de transporte de mercadorias;
 - ⇒ Valorização e modernização de toda a linha do Vouga, nas componentes de serviço às populações e de percurso de interesse turístico;
 - ⇒ Defesa, modernização e garantia de funcionamento do ramal da Pampilhosa-Figueira;
 - ⇒ Implementação de transportes públicos rodoviários, urbanos e interurbanos, coordenando a sua intervenção;
 - ⇒ Melhoria da qualidade e frequência das ligações pela Ria que servem S. Jacinto;
 - ⇒ Valorização das instalações portuárias de Aveiro;
 - ⇒ Defesa da orla costeira, investindo também na investigação de soluções correctas e duradouras contra o avanço do mar e a salinização dos terrenos

limitrofes da ria;

- ⇒ Dragagem e limpeza de esteiros e canais da Ria e da Pateira de Fermentelos;
- ⇒ Construção das sempre adiadas barragens de Ribeiradio e Ermida, para regularização do caudal do Vouga, reserva hídrica para consumo público e para a agricultura;
- ⇒ Conclusão das obras de construção do dique de defesa dos terrenos agrícolas do Baixo-Vouga;
- ⇒ Aumento e qualificação, em meios técnicos e humanos, da resposta dos serviços públicos.

5. A defesa do meio ambiente, do ordenamento do território e promoção de um efectivo desenvolvimento regional

- Promoção urgente de uma gestão integrada e sustentável, assente no aproveitamento racional dos recursos, numa criteriosa política de investimento público e outras políticas visando um maior equilíbrio territorial e coesão económica e social dos vários concelhos da região.
- Respeito pela autonomia das autarquias locais e reforço da sua capacidade financeira.
- Despoluição das linhas de água do distrito, responsabilização e penalização das indústrias poluentes, com especial atenção às consequências directas e indirectas da poluição industrial na Ria de Aveiro, Barrinha de Esmoriz e Rio Vouga.
- Uma política de recursos hídricos que, na base de uma nova Lei da Água, garanta o acesso à sua utilização como direito inalienável das populações, preserve a sua gestão pública e impeça a sua mercantilização.
- Protecção do litoral do Distrito de Aveiro face ao elevado risco de avanço do mar, combatendo o actual processo de desresponsabilização do Estado, resultante de amplas concessões ao abrigo de instrumentos legislativos recentes, com destaque para a lei da água e regulamentos afins.
- Uma política de preservação e conservação do acervo ambiental do distrito – Serra da Freita, Pateira de Fermentelos, Barrinha de Esmoriz, Ria de Aveiro, Rio Cáster, Rio Uíma, Rio Águeda, entre outros, assente da gestão democrática das Áreas Protegidas e orientada para a valorização do património genético e paisagístico. Defesa e requalificação da Mata do Buçaco, com garantia de propriedade e gestão pública.
- Pela tomada de medidas de racionalização da rede de transporte, privilegiando a ferrovia através da sua articulação com a rede viária e com o Porto de Aveiro, devidamente enquadradas num programa mais amplo de combate à poluição provocada pela emissão de CO₂.
- Caracterização ambiental do Distrito e mapeamento identificativo dos conflitos existentes ou previsíveis entre indústria e ambiente, para a definição de uma estratégia que evite situações desagradáveis de destruição e consequente retorno ambiental irreversível.
- Promoção de políticas de defesa e valorização do mundo rural com políticas de investimento (via Orçamento de Estado ou QREN) adequadas e com cumprimento de obrigações de serviço público (transporte, comunicações, energia, educação, saúde etc.).

- Aproveitamento das potencialidades turísticas do Distrito, valorizando os seus elementos diferenciadores, do mar e da ria à serra, do património histórico e arquitectónico ao paisagístico, da gastronomia às estâncias termais.
- Defesa da não-mercantilização do Saber e do Ensino Superior, dinamização e apoio à intervenção e a cooperação da Universidade de Aveiro, de outros estabelecimentos de Ensino Superior e outras entidades vocacionadas para a investigação, com o distrito, através de estudos e projectos, visando um melhor aproveitamento dos recursos e aptidões da região.

Os candidatos da CDU às eleições legislativas de 5 de Junho dirigem-se aos trabalhadores, aos reformados, aos jovens, às mulheres, às populações do Distrito de Aveiro com a firme determinação e a garantia da sua palavra de que, em quaisquer circunstâncias, se baterão por estes 5 compromissos, em defesa dos trabalhadores e do povo, da soberania nacional e do progresso económico e social do Distrito de Aveiro e do País.

O distrito de Aveiro elege 16 deputados à Assembleia da República. Ao longo dos anos, sucederam-se deputados que foram incapazes de resolver os problemas com que estamos confrontados.

A CDU faz toda a diferença. É urgente a eleição de deputados da CDU por Aveiro para uma efectiva ruptura com as políticas de direita.

Votar CDU é votar em soluções para uma vida melhor e um futuro de confiança. Pela ruptura e mudança, por uma política patriótica e de esquerda.

Aveiro, Abril de 2011

Os candidatos da CDU pelo Distrito de Aveiro às eleições legislativas